

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2013
(Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre uso ilegal de terras indígenas para exploração agropecuária.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Artigo 50 da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o seguinte pedido de informações:

Em levantamento realizado com fulcro na Proposta de Fiscalização e Controle – PFC – 61/11, em 18 áreas já regularizadas, obteve-se a confirmação extraoficial de que em seis áreas que somam 81.508 hectares, 33.400 hectares estão arrendados para plantio de soja. Tal fato deve se repetir nas demais áreas indígenas. As irregularidades foram verificadas nas reservas de Cacique Doble, Guarita, Ligeiro, Monte Caseros, Nonoai e Serrinha, no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, com base no rendimento médio de 50 sacas de soja por hectare obtido na região, chegou-se a uma estimativa de produção total de 1.670.000 sacas da oleaginosa. Sendo o valor médio do arrendamento equivalente a 20% da produção, estima-se que foram entregues 334 mil sacas pelo uso da terra. Com base no preço médio atual, segundo a Emater/RS, de R\$ 53,40 por saca, o valor repassado aos índios foi de R\$ 17,8 milhões:

- a) é de conhecimento do governo que uma parte ou a grande maioria das terras indígenas estão arrendadas a não indígenas para exploração agropecuária?
- b) quem recebeu esses valores?
- c) os recursos foram distribuídos a todos os membros da aldeia?

- d) ou apenas os líderes ficaram com o dinheiro?
- e) em que foram aplicados esses recursos?
- f) a prática é comum e de conhecimento desse Ministério?
- g) em caso negativo, que medidas serão adotadas para investigar e impedir a continuidade de tais ilegalidades?

Sala da Comissão, em 22 de maio de 2013

Deputado GIACOBO
Presidente